

Editorial

Teoria social de Marx, desigualdades sociais e Serviço Social

Prezadas(os) leitoras(es) comparamos-nos em lhes apresentar o Volume 24, n. 01 da revista *Libertas*, ora publicado, em junho de 2024.

Para nós foi uma grata satisfação recebermos um conjunto de elaborações que, ao dialogarem com a teoria social de Marx, reafirmaram a vitalidade de seu pensamento na produção acadêmica e sua enorme contribuição para compreender a realidade atual, nas diferentes esferas das relações sociais capitalistas.

O dossiê *Teoria social de Marx, desigualdades sociais e Serviço Social* traz a público algumas das produções acadêmicas de autoras(es) participantes do “Seminário de Estudos sobre *O Capital*, de Karl Marx” (Centro de Estudos Otávio Ianni/CEOI/Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ). Esse grupo de estudos foi proposto, em sua total constituição e elaboração, pela Dra. Marilda Villela Iamamoto (UERJ), a partir da pesquisa “Reprodução das relações sociais e Serviço Social no século XXI” (CNPq). A pesquisadora e coordenadora acadêmica do grupo de Estudos tem o apoio de uma coordenação colegiada com pesquisadoras vinculadas à UERJ, UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Atualmente, o “Seminário de Estudos sobre *O Capital*, de Karl Marx”, conta com a participação de integrantes da pesquisa internacional em rede, “Serviço Social na História”. Na primeira etapa foram realizadas as releituras do livro I, *O Capital - Crítica da Economia Política: o processo de produção do capital* e do *Capítulo VI Inédito*, com 51 participantes, vinculados a 09 universidades brasileiras e 06 estrangeiras. Na segunda etapa, o estudo centrou-se no livro II, *O Capital - Crítica da Economia Política: o processo de circulação do capital*, que teve a participação de 42 pesquisadores(as) de 7 universidades brasileiras e 2 estrangeiras. A terceira etapa, ainda em curso, tem como proposta a releitura do livro III de *O Capital* -

Crítica da Economia Política: o processo global da produção capitalista e conta com a inscrição de 55 pesquisadores(as), brasileiros e estrangeiros.

Nessas 3 etapas, o objetivo continuou sendo debater o pensamento social de Marx, no esforço da análise histórico-crítica das relações sociais capitalistas na atualidade, tendo em vista compreender o significado social da profissão de Serviço Social e como se desenvolve o trabalho de assistentes sociais.

Agradecemos a contribuição dessas(es) pesquisadoras(es) integradas(os) na pesquisa em rede internacional “Serviço Social na História” e coparticipantes do Seminário de Estudos sobre *O Capital*, que elaboraram quatro artigos constantes do dossiê. Nesse sentido, expressamos ainda, nossa gratidão aos autores **Iain Ferguson e Michael Lavalette** (docentes e pesquisadores do Reino Unido) pela cessão para a tradução de seu artigo intitulado ‘*It’s not dark yet but it’s getting there*’: *Global crises, social work and resistance*. A tradução foi coordenada e revisada por **Antoniana Defilippo** com a participação de **Geovanna Canêo, Jhulia Salviano da Silva, Pedro Gabriel e Shirleny P. S. Oliveira**. Também agradecemos a **Inez Stampa e Carina Berta Moljo** pela entrevista intitulada “O Memória Reveladas e o desmonte da política pública de abertura dos arquivos da ditadura militar”.

Neste Volume 24, n. 01, expomos 11 artigos vinculados ao dossiê temático “Teoria Social de Marx, desigualdades sociais e Serviço Social” e 06 artigos recebidos em fluxo contínuo, com a participação de 27 pesquisadoras(es).

Os artigos foram escritos por docentes e, também, discentes em processo de pós-graduação, advindos de diferentes regiões do Brasil. Não obstante tratem de temáticas diferentes, os artigos dialogam muito entre si.

Em um primeiro bloco, agrupam-se as elaborações de Sartori, Almeida, Barbosa e Bizerra. A posição de Marx diante da Revolução Francesa e de seus desdobramentos na Crítica à filosofia do Direito de Hegel é analisada por **Vitor Sartori** indicando que ele “vislumbra algo distinto do que se coloca na república nascida na França e da monarquia colocada na restauração e na revolução de 1830” ou seja, “não há elogio acrítico da revolução de 1789 ou da miséria alemã”. O artigo de **José Amilton Almeida** ao tratar dos fundamentos da teoria social marxiana, isto é, do assim chamado “materialismo histórico e dialético”, conclui que “perpassando pela crítica religiosa à crítica do Direito e do Estado, pela crítica da filosofia à crítica da economia política, o *modo de ser* socialmente burguês é desvelado, seu movimento e estrutura são racionalmente apreendidos, as classes fundamentais (capitalistas, proprietários de terras e proletários), evidenciadas, e o método através do qual este *modo de ser* opera mostra-se, então, determinado pelo *modo de produção*”. **Pedro Barbosa** demonstra que a “constatação das

determinações gerais do ser social tornou possível a Marx lidar com o problema da negação do homem na atividade estranhada. Indo à raiz do ser social – tanto ao complexo da individualidade quanto ao “complexo de complexos da universalidade social” –, a crítica ontológica da economia política, iniciada nos Manuscritos econômico-filosóficos, permitiu a Marx, por um lado, demonstrar os problemas da produção capitalista – o estranhamento do homem em relação ao objeto que produz, o estranhamento-de-si e da própria atividade, o estranhamento em relação ao gênero autoproduzido, e o estranhamento em relação aos demais –; e, por outro, tornar explícitas as categorias e determinações mais gerais do ser social”. **Fernando Bizerra** “oferece uma síntese teórico-interpretativa, a partir de exegeses e análises econômicas de Karl Marx, sobre a expropriação do mais-trabalho na sociedade capitalista”, “os elementos coligidos permitem a compreensão de que a expropriação do mais-trabalho que nutre os capitalistas ao longo dos últimos séculos ocorre em plena sintonia com a dinâmica socio-reprodutiva do capital, sendo, pois, uma exigência inflexível deste”.

Na sequência, contamos com as elaborações de Aquino, Dourado, Escurra e Zacarias, e de Santos, as quais enfatizam a crítica às elaborações “pós-modernas”. **Isaura Aquino, Inez Zacarias, Maria Fernanda Escurra e Ziza Dourado** tecem considerações teóricas e metodológicas com o objetivo de “afirmar a atualidade do pensamento marxiano, com ênfase na natureza radical e historicidade da sua crítica. Tais considerações são recuperadas no contexto do debate da pós-modernidade e de suas implicações para a vida social e a ciência”. As autoras sintetizam: “a consciência pós-moderna é uma perspectiva, uma forma de compreender a realidade, mas de forma alguma corresponde a essa realidade. Ao contrário, ela desempenha o papel de mistificar essa realidade (...) as estruturas de exploração e domínio burguesas continuam mais fortes do que nunca. Exatamente por tentar eliminar a ontologia dos processos sociais, ignorando a historicidade dos fenômenos, o pensamento pós-moderno é tão funcional a esse sistema”. **Natália Perdomo Santos** analisa “os fundamentos constitutivos do neoliberalismo, que o configuram como uma estratégia de reprodução do capitalismo tardio (...) Resulta desta etapa a reconfiguração das relações e dos seres sociais na sua totalidade, os quais passam a expressar nos costumes o irracionalismo do capitalismo em decadência. Este é o marco a partir do qual será tecida uma crítica ao pensamento mistificador formulado pelos foucaultianos Dardot e Laval, exposta no livro 'A Nova Razão do Mundo”.

Com ênfase na análise sobre o Brasil, Diniz, Magalhães e Martins; e Rocha, apresentam elementos importantes para a compreensão da questão social e para a “agenda” do Serviço Social brasileiro. **Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, Caroline Magalhães Lima e Raphael Martins**, “a partir de categorias marxianas e de intérpretes marxistas, realizam apontamentos

sobre a “questão da terra”, explicitando heranças e permanências que marcam sua disputa na cidade, no campo e na floresta. Essa chave analítica é fundamental para o trabalho de assistentes sociais, na apreensão dos sentidos da dinâmica da produção e reprodução das relações sociais capitalistas e identificação das mediações necessárias ao enfrentamento das expressões da “questão social”, que assume novas complexificações em tempos de reconfiguração do capitalismo mundializado”. **Maria Augusta Rocha** analisa como a produção flexível implica em direitos flexíveis tendo como foco o cenário recente pós-golpe de 2016, no Brasil. “Elemento central dessas transformações e foco deste trabalho é que os desdobramentos das mudanças no processo produtivo também possuem impactos na reprodução social da vida da classe trabalhadora e no seu acesso a direitos sociais e trabalhistas (...) Em países de capitalismo periférico e dependente como o Brasil, esses rebatimentos são ainda mais intensos tendo em vista que possuem desde suas bases de formação social uma produção especializada para o mercado internacional e exploração intensiva da força de trabalho com baixa remuneração”.

A contribuição da teoria social de Marx para a compreensão do Serviço Social está presente nos artigos escritos por Silva, Eiras, Pereira. **José Fernando Siqueira da Silva** debate o sentido da perspectiva histórico-crítica a partir da teoria social de Marx. Propõe “dialogar com o Serviço Social como profissão no atual estágio de acumulação capitalista, nas condições particulares da América Latina (...) O artigo conclui que este debate “é pertinente e necessário, ainda que seja fundamental considerar as inúmeras tensões e contradições inerentes a este processo”. Segundo o autor, para o Serviço Social histórico-crítico, de raiz marxista, não há modelo a ser aplicado. “Ao contrário, [negam-se] modelos, receitas, aplicações de qualquer espécie, exige-se um sujeito ativo que atue na história – onde se situa a profissão – sempre de forma relativa (não plena), construindo conhecimentos a partir da realidade, analisando sua dinâmica, reconstruindo categorias que [explicam] o ser social. (...) É também um compromisso ético-político (...) que rejeita “neutralidades”, questiona diversas formas de ciências descritivas e opõe-se a todas as orientações e posturas obscurantistas e de base fascista”. **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras** evidencia a “relação entre totalidade concreta e capitalismo, a partir da argumentação de Marx e Engels e do diálogo com pesquisadores marxistas, em um estudo preliminar para compreender os fundamentos históricos das perspectivas críticas/contestatórias ao Serviço Social Tradicional (SST), emergentes nas décadas de 1960-1970, no plano desta totalidade, de um modo global”. A autora adotou a hipótese de que a emergência da perspectiva crítica/contestatória ao SST nesses países, no período de 1960-1980, teve como fundamento histórico a inserção da profissão na *totalidade concreta* das relações sociais capitalistas. “Foi necessário explicitar a compreensão dessa

totalidade concreta para entender o processo nesta dimensão transversal aos países analisados, por isso, recorreremos à Marx e Engels, e aos historiadores no campo do marxismo, para formular, ainda que de modo inicial, essa explicação sobre o processo histórico global que se instaura com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas perpassado pela contradição (unidade e antagonismo) entre capital e trabalho”. **Sofia Laurentino Barbosa Pereira** analisa a “influência da tradição marxista na formação profissional no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, nas quatro propostas curriculares implantadas na trajetória do curso, de 1976 a 2012 (...) O estudo contribui com a literatura sobre os fundamentos do Serviço Social e sua interlocução com o pensamento social de Marx, revelando as tendências teórico-metodológicas, as direções e os projetos de profissão e de sociedade construídos nos processos formativos no percurso histórico do curso da UFPI”.

Ainda, nos artigos de tema livre, abre a seção **Kathleen Pimentel dos Santos**, apresentando a discussão acerca da relação entre Serviço Social e movimentos sociais na ótica dos fundamentos da profissão. A partir de pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória busca compreender como esta relação se processa no âmbito profissional e evidencia que, através de processos aproximativos, ainda que, haja concordância na categoria profissional acerca dessa relação, há questões relevantes que devem ser consideradas. A mais importante delas é a de que há poucas pesquisas e produções acadêmicas sobre a temática no Serviço Social. Na sequência, **Luís Guilherme Nascimento de Araujo** e **Clovis Gorczewski**, através de pesquisa bibliográfica, trazem importante contribuição sobre as bases históricas e filosóficas presentes nos debates europeu, anglo-saxão e norte-americano que versam sobre direitos humanos em seus fundamentos ontológicos. Destarte, o caráter inédito do trabalho está em descortinar as “particularidades do ser social como ser automediador através do trabalho e na dinamicidade imanente das suas relações como ser histórico.” O artigo de **Bárbara T. Sepúlveda** e **Miriam Krenzinger** analisa com propriedade a problematização central apresentada, qual seja, como ocorre “a representação político-partidária” na particularidade da formação sócio-histórica brasileira de segmentos subalternizados, especificamente o de mulheres negras. Essa abordagem abarca a contraditória e desigual relação no modo de produção capitalista periférico, numa perspectiva de totalidade que articula sujeitos sociais, Estado e acumulação capitalista. Ao apresentarem um debate necessário e urgente, **Gustavo Gonçalves Fagundes** e **Thiago Vinicius Mantuano da Fonseca** abordam o racismo nas relações sociais de superexploração da força de trabalho na construção do cais do porto do Rio de Janeiro, no início do século XX. A reflexão deles é consistente e indispensável, não só para profissionais e estudantes de Serviço Social, mas para pesquisadores em geral. Em tempos de

ascensão da extrema-direita e de análises que perpassam o fatalismo e o conservadorismo, as reflexões tecidas por **Gabriel Magalhães Beltrão** acerca do irracionalismo que entrelaça o pensamento de Max Weber são densas na sua construção e potente na análise. Para tanto, recorre às fontes clássicas e alimenta o debate contemporâneo não só do Serviço Social, mas das Ciências Sociais. **Marcelo Paula de Melo, Emanuel Borges Candal e Fernando Henrique Carneiro** analisam as estratégias burguesas para a Educação Física/Espportes, no plano internacional, através das “indicações e recomendações da VI Conferência de Ministros e Alto Funcionários da Educação Física e do Esporte (MINEPS - vinculado à ONU/UNESCO), realizada em Kazan (Rússia) no ano de 2017 e suas relações com as políticas públicas de Esporte, Educação Física e Lazer. Os autores afirmam que “ao longo das reflexões, foi possível perceber uma Educação Física voltada à difusão de valores nos marcos do capital, em especial com características de associação às demandas estruturais neoliberais pelo alto desemprego e informalidade”.

A imagem que ilustra a capa desta edição, elaborada por **Luciano Souza**, busca representar o avanço da “civilização” humana contra a natureza, nos servindo de lembrete sobre o futuro catastrófico que há tanto tempo fingimos ignorar. O edifício moderno, imponente e reluzente, simboliza o ambicioso “progresso” humano – a materialização do fetichismo da mercadoria descrito por Marx – que estimula relações sociais que priorizam o lucro e a acumulação incessante de capital. Projetada sobre o edifício há a sombra de uma árvore que, ao mesmo tempo em que representa a solitária resistência da Mãe Terra à degradação ambiental gerada por essa busca insaciável, reflete a ignorância humana que se furta a reconhecer o impacto devastador de suas ações sobre a natureza e tenta se convencer, em vão, de que o crescimento econômico pode continuar indefinidamente sem consequências. Entretanto, o vibrante céu azul simboliza a possibilidade de mudança, uma lembrança de que, somente ao romper com a ignorância de que vivemos sob o desígnio de ideologias que nos dessensibilizam e promovem uma percepção distorcida da realidade, a humanidade poderá encontrar um caminho para a reconciliação com a natureza, ou seja, consigo mesma, colocando fim ao seu processo de autodestruição.

Ao finalizar o Editorial, registramos nosso apoio ao movimento paredista coordenado pelas entidades sindicais, sobretudo, ANDES e FASUBRA, e no plano local, APES-JF e SINTUFEJUF. As ações empreendidas durante a greve buscaram disputar e fortalecer o campo da educação pública, da pesquisa e produção acadêmica no Brasil, através dos recursos que são imprescindíveis para a sua implementação, seja nas condições de acesso e permanência dos estudantes, seja na manutenção e ampliação do patrimônio e das condições de trabalho para o

conjunto dos(as) trabalhadores(as).

Frisamos ainda que as atividades necessárias à publicação deste número da revista *Libertas* foram consideradas pelo Comando Local de Greve do SINTUFEJUF como de caráter excepcional e por isso puderam ser mantidas durante a greve.

Antes de finalmente nos despedir, gostaríamos de saudar e manifestar nosso agradecimento a **Mônica Grossi** pelo trabalho que realizou como editora-chefe na *Libertas*. Desejamos à nossa cara companheira de luta muito sucesso nos novos projetos que irá conduzir – razão pela qual deixará de compor a Comissão Editorial da *Libertas*. Felicidades, Mônica!

Juiz de Fora, 26 de junho de 2024.

Isaura Aquino, Alexandra Eiras, Mônica Grossi e Luciano Souza.